



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Sábado, 07 de novembro de 2009

Olho d'Água: acusados de desviar recursos do município são ouvidos

Juizes da 17ª Vara Criminal marcam audiências da Operação Primavera

Odilon Rios
Repórter

Doze acusados de participar de desvio de verba pública na cidade de Olho d'Água das Flores e 15 testemunhas foram ouvidos ontem pelos juizes da 17ª Vara Criminal para a instrução penal do processo. "Estamos ouvindo as testemunhas, que são mais de dez. Depois, vamos ter depoimentos na quarta-feira, continuando as instruções", explicou o juiz da 17ª Vara, Rodolfo Osório Gatto.

Entre os depoentes, o vereador de Carneiros Paulo Sérgio, o "Tarzan", considerado um dos

integrantes do esquema e que obteve a delação premiada por aceitar revelar os supostos participantes do esquema, além dos detalhes; a secretária de Ação Social de Olho D'Água das Flores, Ana Cláudia Gomes Carvalho; a secretária de Finanças, Divone Sales de Alencar Dinis; Luciano de Abreu Pacheco (procurador do Município de Olho d'Água), Diogo da Silva Pereira (contador), Antônio Rodrigues Filho (secretário Municipal de Infra-Estrutura) e os membros da comissão de licitação, que dariam ares de legalidade às fraudes na Prefeitura: Espedito Pereira de Novais, Carlos Alberto Rocha e

Silva, Andréia da Silva Almeida, Elias Eustáquio de Miranda, Clemens Santana Machado e Jorge Luiz Lemos Palmeira.

Todos, de acordo com investigações do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público Estadual, teriam ajudado a desviar pelo menos R\$ 2 milhões dos cofres da Prefeitura ou gastado exageradamente, segundo o grupo, R\$ 5 milhões em materiais de construção. Licitações fraudadas integram as acusações do grupo do Ministério Público Estadual. Eles foram presos em setembro, durante a Operação Primavera, e liberados uma sema-

na depois. Dois continuam presos. Apenas Tarzan não foi detido.

De acordo com o Gecoc, o esquema acontecia em 20 prefeituras do Agreste e do Sertão. Tarzan "abocanhou", diz a 17ª Vara, em 2007 e 2008, R\$ 243.672,90. Duas escolas foram reformadas três vezes, em três meses.

Duas empresas, a Elconn Ltda e EAM Construções LTDA, nos exercícios de 2005-2006 e 2007-2008, ganharam licitações com valores considerados altos, pelo Gecoc. A Elconn faturou R\$ 267.035,70; a EAM, R\$ 1.113.775,60. Um detalhe, na documentação: "As empresas não comprovaram regularidade previdenciária", dizem os juizes.

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Sábado, 07 de novembro de 2009

TJ determina reintegração de servidora ao trabalho

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deu provimento, por unanimidade de votos, à apelação cível interposta por Ana Paula Silva de Andrade, que solicitou a reintegração ao cargo de auxiliar de supervisão escolar do município de Canapi. A servidora tomou posse, do ofício para qual fora aprovada em concurso público em 1998, no dia 1º de fevereiro de 2000.

No entanto, no dia 2 de fevereiro do ano seguinte, foi comunicada de que a prefeita da cidade havia exonerado os aprovados do concurso. Diante da situação, Ana Paula de Andrade impetrou um mandado de segurança para reaver o cargo, alegando que não lhe foram assegurados os direitos à ampla

defesa e ao contraditório.

O pedido foi negado pelo juiz de primeiro grau, que entendeu que, como a nomeação não tinha caráter de efetividade, a apelante não estava incluída no estágio probatório, tornando válido a demissão. Ainda segundo o magistrado, o prazo para a impetração do mandado de segurança foi excedido, já que, de acordo com seus estudos, a publicação da exoneração é datada do dia 1º de janeiro de 2001, sendo a ação impetrada pela servidora em 02 de maio do mesmo ano, contabilizando 121 dias, um a mais do que o prazo permitido.

Para o relator do processo, desembargador Eduardo José Andrade, o cargo de Ana Paula

de Andrade na prefeitura de Canapi é considerado efetivo por não apresentar caráter vitalício ou de comissão, sendo imprescindível para a perda da função a instauração de processo administrativo ou prolação de sentença judicial.

No que se refere ao prazo para a solicitação do mandado de segurança, o relator afirma que “é impossível que a servidora tenha tomado conhecimento da exoneração no dia 1º de janeiro, já que a data é feriado e nenhum ato administrativo foi publicado nesse dia”. “Isso permite concluir que a ação fora interposta dentro do tempo limite”, finaliza o desembargador dando provimento à ação.

(Com assessoria)

Página A3

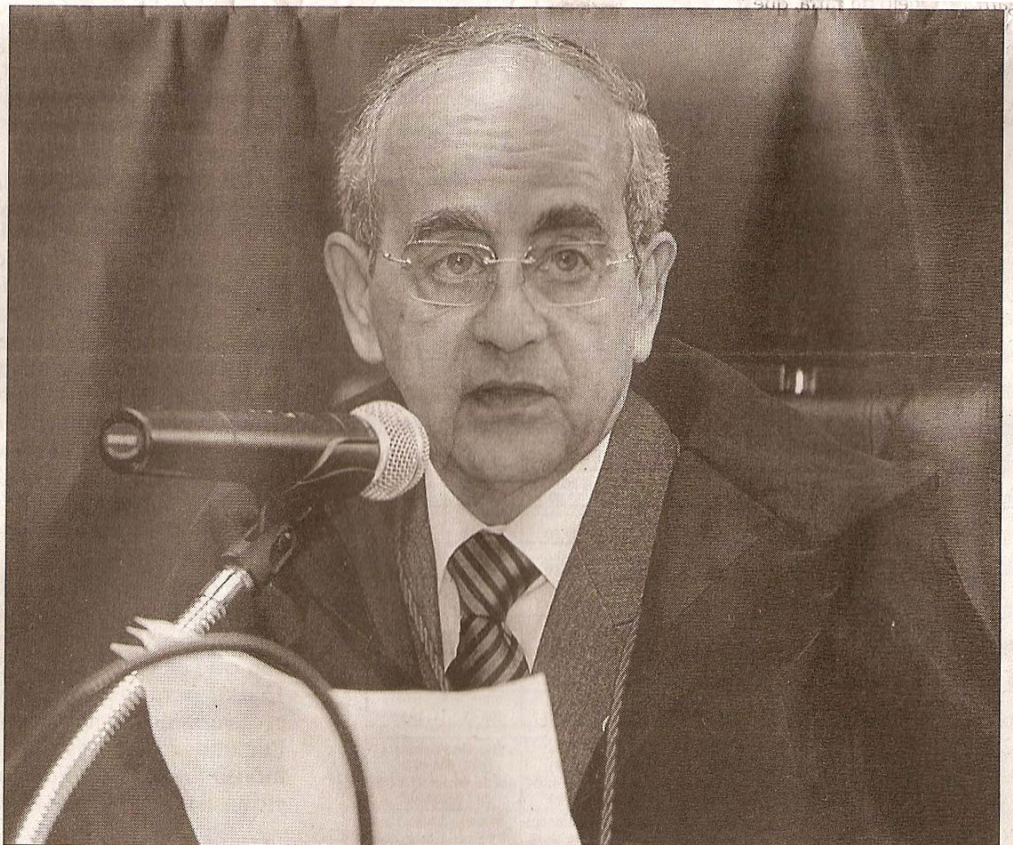


Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Sábado, 07 de novembro de 2009



Desembargador Eduardo Andrade avaliou que ação de servidora de Canapi foi interposta dentro do vazio

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
O Jornal

Data
Sábado, 07 de novembro de 2009

MUTIRÃO

Em atividade desde a última quinta-feira, o Mutirão Judiciário focado em processos da 26ª Vara Cível da Capital – Família, agilizou 187 processos, sendo 90 deles completamente solucionados. Mais de 300 pessoas foram beneficiadas. A mobilização envolveu magistrados e servidores do Poder Judiciário alagoano e ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Página 3